SUMÁRIO

Capítulo XIV – Petição inicial Petição inicial 9
1. Comentário 9
2. Requisitos da petição inicial 10
2.1. O juízo a que é dirigida 10
2.2. Nomes, prenomes, estado civil, existência de união estável, profissão, número de inscrição no CPF ou no CNPJ, domicílio e residência do autor e do réu 12
2.3. Os fatos e os fundamentos jurídicos do pedido 14
2.4. O pedido e suas especificações 16
2.5. O valor da causa 19
2.6. As provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados 20
3. O indeferimento da petição inicial 23
3.1 Não for o caso de mandado de segurança 24
3.2 Falta de atendimento a requisito legal 24
4. Ajuizamento fora do prazo legal 26
5. A impetração nos casos de urgência 29
6. O despacho 29

Capítulo XV – A impetração por outros meios 34
1. Comentário 34

Capítulo XVI – A liminar 36
1. Natureza jurídica 36
2. Requisitos para a concessão 40
2.1. Relevância do fundamento 42
2.2. Ineficácia da medida 43
3. Concessão *ex officio* 43
4. Restrições à concessão 45
5. Impugnação do ato concessivo 47
5.1 Decisão de primeiro grau 48
5.2 Decisão do relator 49
6. Revogação, cassação, caducidade e extinção 49
6.1. Revogação 49
6.2. Cassação 51
6.3. Caducidade 51
6.4. Extinção 54

Capítulo XVII – Notificações e citações 56

1. Notificações 56
2. Citações 57

Capítulo XVIII –As informações 59
1. Comentário 59
2. Questões pertinentes 62
3. Não oferecimento das informações 64

Capítulo XIX – Produção de provas 67
1. Comentário 67

Capítulo XX – Prioridade no julgamento 71
1. Comentário 71

Capítulo XXI – A decisão 74
1. Natureza jurídica 74
2. Questões antecedentes ao mérito 76
3. O exame do mérito 77
4. Crime de desobediência 81

Capítulo XXII – Honorários de advogado 83
1. Comentário 83

Capítulo XXIII – Coisa julgada 87
1. Generalidades 87
2. Coisa julgada formal 88
3. Coisa julgada material 89
4. Limites objetivos da coisa julgada 90
5. Limites subjetivos da coisa julgada 93
6. Coisa julgada e ação de segurança 96

Capítulo XXIV – Recursos 99
1. Generalidades 99
1.1. Primeiro grau de jurisdição 99
1.1.1. Liminar 99
1.1.2. Sentença 101
1.2 Segundo grau de jurisdição 104
1.2.1. Liminar 104
1.2.2. Acórdão 105
2. Pressupostos 106
2.1 Subjetivos (intrínsecos) 106

2.1.1. Legitimação (CPC, 17 e 996) 106
2.2 Objetivos (extrínsecos) 106
3. No Tribunal Superior do Trabalho 110
4. A remessa *ex officio* 111

Capítulo XXV – Execução 114
1. Definitiva 114
2. Provisória 118

MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO

Capítulo I – Natureza do instituto 125
1. Comentário 125

Capítulo II – Antecedentes legislativos e jurisprudenciais 128
1. Comentário 128

Capítulo III – Legitimidade ativa 131
1. Comentário 131
2. Partidos políticos 131
3. Organização sindical, entidade de classe, associação 132

Capítulo VI – Objeto do mandado de segurança coletivo 138
1. Comentário 138

Capítulo V – Prazo para impetração 142
1. Comentário 142

Capítulo VI – Procedimento 144
1. Comentário 144
2. A liminar 146